



Da “zona de contato” ao “limite antagônico”: disputas entre *criollos* e indígenas na fronteira austral argentina do século XIX

ALESSANDRA GONZALEZ DE CARVALHO SEIXLACK*

ANA CAROLLINA GUTIERREZ POMPEU**

Formação da “zona de contato”

Após o processo de independência com a Espanha, a Argentina não conseguiu ocupar toda a extensão da área que havia herdado da colonização, tanto por não conhecer precisamente o território para definir suas fronteiras, o que gerou disputas de jurisdições com outros países vizinhos em igual situação, quanto pelas sociedades indígenas que ocupavam a maior parte da extensão da Argentina atual. Além dos indígenas que ocupavam o nordeste argentino, na região do Chaco, diversos grupos de índios ocupavam o Pampa e a Patagônia, ao sul das regiões ocupadas pelas populações *criollas*, ou os descendentes de espanhóis que povoaram o território americano.

Nos Pampas, destaca-se uma grande variedade de grupos indígenas. Enquanto os *índios amigos*, sobretudo a família do cacique Catriel, instalavam-se nas imediações da fronteira bonaerense e eram afins às políticas *criollas*, os índios de Vicente Pincén, instalados na zona situada entre a Lagoa de Toay e Trenque Lauquen, optaram por um posicionamento mais autônomo, oferecendo constante resistência aos intentos de penetração militar em seus domínios.

Os *ranqueles*, estabelecidos em torno da Lagoa de Leuvucó, mantiveram uma autonomia étnico-cultural e política em relação aos mapuche, embora neles reconhecessem sua origem. Divididos em duas linhagens, tinham como principais líderes à época Mariano Rosas e Manuel Baigorria, que mantiveram interlocução com os missionários franciscanos, dentre eles Marcos Donati. Os *salineros*, liderados pela dinastia dos Curá (Juan Calfucurá e Manuel Namuncurá), habitavam a Lagoa de Chiloé e as Salinas Grandes. Controlavam a via mais importante do circuito ganadero, denominada “*rastrilladas de los chilenos*” e construíram uma Confederação que abarcava muitos cacicados da região. Já na transição entre

* Doutora em História Social da Cultura pela PUC-Rio. Professora Substituta de História da América da UFRJ.

** Doutoranda em História pela UnB, bolsista do CNPQ.



os Pampas e a Patagônia, mais especificamente na Província de Neuquén, estavam os *manzaneros*, liderados por Valentín Sayhueque, que exerceu autoridade sobre líderes *pehuenches* como Feliciano Purán e Reuque Curá. Esses grupos bastante miscigenados no século XIX se adaptaram a presença *criolla* e resistiram a sua dominação, criando formas de convivência e coexistência.

Dessa forma, o sul das atuais províncias de Buenos Aires, San Luiz, Córdoba, Santa Fé e Mendoza, formavam a chamada “fronteira interna”, segundo termo da época para designar o espaço fluido em que coexistiam indígenas e *criollos*. O contato entre ambas as sociedades tornou-se mais constante a partir do século XVIII, momento em que a colonização espanhola nessa região do Vice-Reinado do Rio da Prata se intensificou. O “limite” dessa colonização era a presença de grupos indígenas que resistiam ao avanço dos domínios *criollos*, quando esse parecia prejudicar seus interesses.

A fim de melhor definir as relações existentes nesse espaço, a antropóloga argentina Lidia Nacuzzi adaptou a categoria de “zona de contato” da canadense Mary Louise Pratt para “espaços de fronteira”, a fim de enfatizar o contato interétnico e os fenômenos de adaptação, miscigenação e conflito existentes, em oposição à consideração desse espaço como um limite que avançava em direção aos índios ou uma “fronteira” entre o mundo indígena e o *criollo* (PRATT, 2008: 7). Tratava-se de um “espaço de fronteira” pelo grande trânsito de índios e *criollos* que conviviam de formas mais completas que a oposição gerada pelo conflito. Era um espaço composto de fortes *criollos*, povoados e fazendas, marcando de formas fluídas os “limites” da ocupação do país, com as áreas de domínio indígena (NACUZZI, 2010: 11).

A intenção de ocupar esses espaços indígenas pelos *criollos* reforçava o discurso de uma “fronteira interna” ao próprio território argentino, onde caberia ao governo ocupá-lo e povoá-lo com habitantes não indígenas, e de preferência imigrantes oriundos da Europa. Para além dessa fronteira estava o “deserto”, que em termos culturais, representava a imagem de uma área deserta de “civilização”, apesar da população indígena que ocupava esses espaços.

Para os intelectuais e políticos argentinos do século XIX, principalmente após a segunda metade desse século, momento em que se buscava a aplicação do projeto político de consolidação do Estado Nacional argentino, os países europeus de base industrial e sua população eram os detentores da cultura da “civilização”. Em oposição, estavam os elementos tipicamente americanos como os índios, que ao estarem associados com a “barbárie” do continente, justificavam ações de governo no sentido de “eliminar” essa barbárie ao implantar



elementos de civilização, sejam eles materiais como telégrafos, ferrovias entre outros, ou por criar condições para a imigração da população civilizada da Europa nos “desertos” argentinos.

Para Juan Bautista Alberdi, intelectual e político argentino, “governar era povoar”, ou seja: acabar com os desertos de civilização ao povoar esses espaços com um determinado tipo de população, capaz de transformar barbárie em civilização. Tal argumento deu a tônica para as políticas estatais empregadas ao longo do século XIX, contrastando com as formas de convivência pacíficas encontradas na “fronteira interna”, igualmente com as estratégias indígenas que se opunham a imposição *criolla*. No trecho abaixo de “*Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*” de Juan B. Alberdi, célebre texto que inspirou a constituição argentina de 1852, pode-se identificar o sentido de povoar para “civilizar”, mesmo áreas já povoadas com indígenas:

¿Por qué razón he dicho que en Sud América, gobernar es poblar, y en qué sentido es esto una verdad incuestionable? -Porque poblar, repito, es instruir, educar, moralizar, mejorar la raza; es enriquecer, civilizar, fortalecer y afirmar la libertad del país, dándole la inteligencia y la costumbre de su propio gobierno y los medios de ejercerlo. (ALBERDI, 1852: 18)

Dessa forma, a imagem da fronteira como uma oposição cultural e social a uma condição de “civilização” foi construída ao longo do século XIX, a fim de justificar ações contra as populações indígenas, negando a histórica soberania dessas populações, ao defender a necessidade de povoar esses territórios, acabando com as fronteiras internas e estabelecer assim as fronteiras internacionais.

Complexo Arauco-Pampeano-Patagônico

O aumento da situação de conflito entre indígenas e *criollos* ocorreu a partir do século XVIII, quando o gado selvagem existente nos Pampas diminuiu consideravelmente até sua extinção. Os grupos indígenas dessas localidades já estavam profundamente adaptados tanto ao gado quanto ao cavalo, e ao passo que as populações *criollas* aumentavam, o gado selvagem passou a ser criado em fazendas a fim de impedir a captura desses animais pelos índios (BARBA, 2007). No entanto, a utilização desses animais pelos indígenas não diminuiu com a existência das fazendas *criollas* e uma rede de comércio indígena que se iniciava no Pampa, abastecia parcialidades indígenas igualmente dependentes desses animais, e que habitavam o outro lado da cordilheira dos Andes, na região da Araucania. Assim, o comércio



de animais realizado pelos indígenas era responsável por conectar o Pampa, a Patagônia e a Araucania (JONG, 2016).

Embora subdivididos em etnias, os nativos habitantes dos Pampas e da Patagônia sempre mantiveram vínculos culturais, sociais e econômicos. A conversão desta espacialidade em um “complexo fronteiriço” (JONG, 2016), que viria a ser politicamente fracionado a partir surgimento dos Estados nacionais no século XIX, foi resultado do processo secular conhecido como “araucanização dos pampas” (MANDRINI e ORTELLI, 2005).

Desde fins do século XVIII, índios araucanos não submetidos visitavam os Pampas em busca de gado e cavalos selvagens, difundindo elementos culturais, sem, contudo, assentarem-se na região. Nas primeiras décadas do século XIX, as guerras de independência entre patriotas e realistas no sul do Chile estimularam a migração de importantes contingentes indígenas para a porção oriental da Cordilheira dos Andes. Ao mesclaram-se aos antigos habitantes *pehuenches*, profundos conhecedores dos caminhos da Cordilheira dos Andes, os mapuche penetraram definitivamente nos Pampas. (BECHIS, 2010)

Além de abandonarem o *tehuelche* e adotarem o *mapudungun* como língua oficial, os povos araucanizados estabeleceram com os mapuche vínculos de parentesco e duradouras relações econômicas, baseadas no comércio ganadero. Aqueles se converteram em fornecedores do gado, obtido por meio do *malones*, como eram chamadas as invasões indígenas as povoações *criollas*. Os animais eram transportados em grandes quantidades pelas *rastrilladas*, para serem comercializados na fronteira araucana. Essa nova realidade resultou no estabelecimento de redes de contatos comerciais e burocráticos com os *criollos*.

As redes de intercâmbio de sujeitos, bens materiais e apoios políticos e militares entre as chefaturas indígenas (*longkos*) e destas com as autoridades *criollas* foram reguladas por instâncias de poder conhecidas como *secretarias mapuche* (OJEDA, 2008). Verdadeiras fábricas epistolares eram constituídas por um núcleo burocrático de *lenguaraces*, escrivães e *longkos*, expressando o caráter coletivo e mediado assumido pela escritura em uma cultura indígena tradicionalmente oral.

Diante do escasso domínio do castelhano por parte dos *longkos* ou do simples interesse em manter o distanciamento interétnico, os *lenguaraces* e escrivães adquiriram um papel central no processo de escritura, leitura, transcrição e tradução de documentos impressos no espaço político mapuche.

Geralmente *criollos* cativos ou refugiados e índios alfabetizados, foram responsáveis por ler, explicar e redigir as correspondências e tratados. Indicadores de prestígio e íntimos das práticas culturais ocidentais garantiam o melhor posicionamento dos grupos indígenas perante as autoridades governamentais a partir do desenvolvimento de uma política autônoma e coerente (ZÁVALA, 2005). Dessa forma, estes podiam aspirar à manutenção de sua autonomia territorial, mediante a celebração de formas não violentas de acordos ou de “tratados de paz”. É importante frisar que o conteúdo resultante do processo de transcrição-tradução e sua recepção em meios *criollos* foram rigorosamente controlados pelos indígenas. Diante do interesse em conhecer o grau de concordância entre aquilo enunciado nos documentos (o escrito) e o que estes efetivamente buscaram comunicar (a intenção do remetente), realizavam-se repetidas leituras dos documentos em voz alta na presença de indivíduos alfabetizados, muitas vezes infiltrados nas *tolderias*.

A relação diplomática e nem sempre conflituosa estabelecida entre indígenas e *criollos* nas áreas de fronteira se viu progressivamente inviabilizada pelo delineamento de “ideologias da ocupação”, que buscaram fundamentar e legitimar a organização de ofensivas militares voltadas para a incorporação dos Pampas e da Patagônia à jurisdição dos Estados nacionais em gestação.

Principais cacicados dos Pampas, parte da Araucania e norte da Patagônia
(MANDRINI e ORTELLI, 2005: 163)





O protagonismo de Juan Calfulcurá

A Argentina teve um longo processo de formação de seu Estado Nacional, que apenas foi consolidado a partir da década de 1860. Durante a primeira metade do século XIX, vivia-se um conflito entre a formação de um poder centralizado em Buenos Aires e a manutenção dos poderes nas províncias, já que ainda não existia a ideia de uma nação que abrangesse e representasse as distintas unidades provincianas. Após o processo de independência, o governador da província de Buenos Aires, Juan M. de Rosas, surgiu como a principal figura política do país. Dentro da tentativa de estabilizar a fronteira sul de Buenos Aires devido principalmente aos interesses econômicos dos criadores de gado dos pampas, Rosas consolidou uma prática colonial de entrega de víveres ou *raciones*, conforme termo em espanhol e que consistiam na entrega de animais e outros bens *criollos* de para os índios, o que foi chamado de “Negócio Pacífico de Índios” (FRADKIN e GELMAN, 2015: 251).

Por meio do “negócio pacífico”, Rosas estabeleceu uma política de combate a alguns grupos ao mesmo tempo em que se estabeleciam relações pacíficas pelo intermédio do pagamento de víveres aos chamados “índios aliados” e se obtinha auxílio de grupos que moravam “dentro” dessa fronteira, os “índios amigos”, que desempenhavam funções militares. Muitas vezes, Rosas conseguia estabelecer tratados de paz com caciques importantes da rede política do Pampa, conduzindo esses grupos a evitar que outros caciques realizassem as temidas invasões ou os *malones* indígenas aos centros de povoamento *criollo*. Além de realizar a apreensão de animais, os *malones* tinham o objetivo de pressionar o governo *criollo* a realizar tratados de paz que garantissem o pagamento de víveres (JONG, 2015: 35). Dessa forma, a situação de instabilidade na fronteira era reduzida com a ajuda dos próprios grupos indígenas, que recebiam os víveres em troca da não realização dos *malones*, além de contribuir para a diminuição dos *malones* efetuados por outros grupos.

Nesse contexto, Juan Calfulcurá cacique de origem araucana e instalado em Salinas Grandes (na região do Pampa ao sul de Buenos Aires), consolidou uma rede comercial de animais desde o Pampa até a Araucania chilena, e por isso, passou a desempenhar um papel de prestígio e poder por controlar outros grupos de índios, como condição para o recebimento das *raciones*, tão importantes para a manutenção das rotas comerciais do complexo araucopampeano. Pode-se inferir que o “negócio pacífico” de Rosas ajudou o cacique Calfulcurá a



aumentar seu poder entre os índios, já que pela manutenção do circuito comercial, o cacique procurava cumprir os tratados de evitar os *malones*, e ampliava assim às relações interétnicas incluindo a manutenção do vínculo com os grupos araucanos, no que Martha Bechis chamou de “geopolítica” indígena (BECHIS, 2010: 123). O poder de Calfulcurá entre os índios foi incentivado pela política de Rosas, que ao mesmo tempo em que garantia uma situação de estabilidade na fronteira interna com a redução dos *malones*, incentivava o cacique a estabelecer alianças entre os demais grupos indígenas do Pampa (JONG, 2009).

As negociações pacíficas realizadas por Rosas eram alternadas com ofensivas aos índios cujo objetivo era expandir as áreas efetivamente ocupadas pelos *criollos*. Essa política dupla de ofensivas e negociações de paz foi conduzida por Rosas durante sua permanência como governador de Buenos Aires, que apesar da situação política instável, conseguiu estabilizar as relações na fronteira interna, diminuindo os conflitos.

Com a queda de Rosas após a batalha de Caseros em 1852, dois grupos passaram a disputar o poder do país. Buenos Aires com o comando de Bartolomé Mitre procurava se impor sobre as demais províncias como o centro de poder do Estado, ao mesmo tempo em que as demais províncias de opunham a esse domínio, por meio da Confederação Argentina, comandada por Justo José Urquiza (TERNAVASIO, 2009: 153). Em meio às disputas políticas entre Buenos Aires e as províncias do interior argentino, o protagonismo de Calfulcurá se destacou pela capacidade de estabelecer relações diplomáticas com ambos os lados, a fim de garantir o recebimento dos viveres. Realizando *malones* para forçar negociações quando essas não eram realizadas ou quando os tratados eram descumpridos, Calfulcurá manteve uma política dupla entre Buenos Aires e a Confederação, que terminou com uma inclinação do cacique para o lado da Confederação de Urquiza, uma vez que Buenos Aires passou a não cumprir mais os tratados realizados (RATTO, 2015: 74). Como aliado de Urquiza, Calfulcurá passou a realizar ataques na fronteira de Buenos Aires coordenados com as ofensivas da Confederação, a fim de desestabilizar essa província e garantir o recebimento dos animais prometidos.

No entanto, com a vitória de Mitre na batalha de Pavón em 1861 e a emergência de Buenos Aires como o centro do poder político do país, as políticas efetuadas para com os índios, viam-se inclinadas para a diminuição do pagamento das *raciones* e para a adoção de políticas cada vez mais ofensivas, reacionadas pelos índios com o aumento dos *malones*.



Querido Esceletísimo: [...] le doy a saber que me he dispuesto en mandar la comisión [a Buenos Aires], como usted me lo dijo, porque aquí no hay ha vacas ni yeguas; la gente cuando va a las boleadas para juntar plumas, se les mueren algunos caballos, o ellos mismos se quiebran; y le diré también que cuando mi gente va al Azul y llevan algún cuero y plumas, todo les pagan menos que a los cristianos, y si compran todo lo pagan más caro. (Carta de Calfulcurá ao comandante Ignacio Rivas, 1861 Apud: OJEADA, 2008: 345).

O empobrecimento dos grupos indígenas pela dependência ao sistema de pagamento de *raciones* convergia com o aumento dos conflitos na fronteira, onde a reação indígena era a de tentar garantir a manutenção das redes comerciais, além da própria subsistência. Por outro lado, o governo argentino tendia a intensificar as ofensivas aos índios, já que a convivência entre as duas sociedades tornava-se cada vez mais antagônica.

A Formação do limite antagônico

Conforme aponta Ingrid de Jong, a nova política de celebração de acordos e de tratados de paz implementada pelas presidências de Bartolomé Mitre (1862-1868), Domingo Faustino Sarmiento (1868-1874) e Nicolás Avellaneda (1874-1878) foi responsável por incrementar a capacidade do Estado nacional de ordenar e condicionar o comportamento político dos nativos (JONG, 2009: 11-45). Isso porque as instituições fronteiriças funcionaram como instrumentos de intervenção sobre aspectos básicos da sociabilidade e da organização político-territorial indígena, tais como a religião, o comércio, a justiça e a dispersão territorial (JONG, 2016).

Diferentemente dos tratados pactuados no período colonial, os novos acordos celebrados no período de organização nacional eram fruto de um monismo jurídico. Deixaram de ser pensados como tratados internacionais com nações estrangeiras para serem concebidos como assuntos de política doméstica ou interior, de modo que os indígenas passavam a ter a mesma condição atribuída ao restante das populações subordinadas.

Ademais, ainda que a estrutura segmental da sociedade indígena *pampeana* admitisse constantes fissões e recomposições de alianças, o Estado argentino adquiriu progressivamente o poder de intervir em dita flexibilidade. Acentuou uma pulverização de poderes e comandos endógena à própria comunidade aborígene. Embora não levasse à perda total da autonomia ou da autoridade exercida pelos grandes *cacicados*, a retomada dos métodos diplomáticos visando à estabilização das relações interétnicas nos anos posteriores à queda de Rosas implicou uma necessária reorganização do mapa político indígena. Uma política fronteiriça



que seguisse as práticas coloniais do Império espanhol, reconhecendo a autonomia dos povos não submetidos à autoridade estatal, se tornara incompatível com o novo marco teórico do Estado nação.

Nesse sentido, ao se aproximarem da fronteira, muitos caciques uma vez ligados a Calfucurá passaram a privilegiar o vínculo com o governo nacional ante as oportunidades de confederar-se sob sua liderança. De fato, esse novo período abriu portas para a formalização e a sistematização de importantes tratados de paz particulares. Se levarmos em consideração apenas a década de 1860, podemos citar três tratados de paz firmados entre o governo da República Argentina e as parcialidades indígenas: em maio de 1863, o do *manzanero* Valentín Sayhueque; em maio de 1865, o do *ranquel* Mariano Rosas e, em outubro 1866, o de Juan Calfucurá. Assim, foram perfilando-se parcialidades indígenas dotadas de uma maior independência, de uma clara demarcação territorial e de representantes políticos mais hierarquizados e estáveis, o que justifica a “perda de controle” sobre os *malones* clamada pelo *longko salinero*.

Manzaneros, *ranqueles* e *tehuelches* são exemplos de grupos que, nesse contexto, fortaleceram seu poder representativo em função das negociações com as autoridades bonaerenses. Tais mudanças explicam, em primeiro lugar, o fato de uma parcela dos *ranqueles* não ter se submetido ao projeto “pacífico e amistoso” de Calfucurá, levando-o a comunicar com certa constância o planejamento de invasões, em troca de dinheiro ou de bens materiais. Justifica também o reforço da aliança estabelecida entre *salineros* e os mapuche da porção ocidental da Cordilheira dos Andes, cujas visitas aos Pampas argentinos tornaram-se cada vez mais recorrentes.

Portanto, em longo prazo, a multiplicação das cabeças negociadoras dos interesses grupais repercutiu na fragmentação das alianças que a Confederação de Salinas Grandes havia mobilizado até a década de 1850. Essa “contração do tecido social” viria a ser responsável por isolar diferentes unidades políticas e por limitar a capacidade de resistência daquelas que se opunham aos projetos de expansão estatal.

Ainda que nos primeiros anos da década de 1870 o Estado argentino não tivesse sanado por completo os conflitos políticos de ordem interna, tal realidade não minou sua capacidade de intervir na dinâmica das relações indígenas, tampouco diminuiu a atenção conferida pela elite dirigente à política de territorialização. Ao que tudo indica, em um grau



mais acentuado do que no Chile, os nativos se viram progressivamente debilitados em sua capacidade de prestar resistência ao avanço militar sobre suas terras.

Por um lado, o êxito da intervenção federal na província de Entre Rios, em abril de 1870, pode ser interpretado como um sinal da consolidação da autoridade do Estado nacional argentino. A incapacidade do federalista Ricardo López Jordán de aglutinar sob a sua liderança o restante do interior e de conservar o controle sobre a administração provincial resultou na modificação do status de Entre Rios no mapa político da República Argentina. A partir de então, passou a figurar dentro do conjunto amorfo de províncias subordinadas à autoridade do poder central, de modo que, a essa altura, apenas Buenos Aires encontrava-se excluída dessa condição (TELLA, 2010). Segundo o autor Torcuato di Tella, após a visita oficial do presidente Domingo Faustino Sarmiento a Entre Rios, o governador da província Justo José de Urquiza foi assassinado por um grupo numeroso que adentrou o Palácio de San José. Três dias mais tarde, Ricardo López Jordán, o qual se supõe que tenha sido o idealizador da trama, foi eleito governador provisório pela Legislatura.

Por outro lado, a Batalha de San Carlos, ocorrida em março de 1872, foi quiçá a mais importante expressão da fragmentação das alianças indígenas e do início da decadência do poderio de Juan Calfucurá nos Pampas. Na ocasião, em virtude do descumprimento dos tópicos da paz acordada com o coronel Francisco de Elías, o *longko salinero* reuniu uma força de cerca de 3500 *lanzeros*, contando com o apoio de seus filhos Juan Morales Catricurá e Manuel Namuncurá, de seu irmão Reuquecurá e de Mariano Rosas. Invadiu as localidades de “25 de Mayo”, “9 de Julio” e “Bragado”, acampou em “La Verde” durante quatro dias e regressou com o botim de 150.000 cabeças de gado. É interessante ressaltar que, na conformação dessa aliança, mais uma vez estiveram ausentes os *manzaneros* de Valentín Sayhueque, interessados em renovar os acordos políticos com o governo de Carmen de Patagones.

Ainda que em menor número, as tropas nacionais comandadas por Ignacio Rivas, comandante chefe da fronteira sul e de Bahia Blanca, e Juan Carlos Boer impuseram-se sobre os indígenas, infligindo uma dura derrota a Calfucurá. Determinante para o sucesso da repressão *criolla* não foi apenas o envolvimento dos “índios amigos” recrutados por Cipriano Catriel e Ignacio Coliqueo, mas também as novas características incorporadas pelo Exército nacional ao longo da Guerra do Paraguai. Tal como viria a ocorrer entre os chilenos após a Guerra do Pacífico (1879-1883), os militares argentinos que retornaram do *front* de batalha



para atuar na linha de fronteira austral tiveram o seu “horizonte de expectativas” radicalmente transformado por essa experiência bélica.

Constituindo-se agora enquanto uma instituição profissional, coesa e nacional, o Exército argentino intensificou o investimento em sua modernização. O emprego de novas tecnologias, como os fuzis Remington, o telégrafo, os navios a vapor e a ferrovia revolucionaram a forma de guerrear e desequilibraram os combates em prol dos *criollos*. Além disso, alterou-se o próprio tom do discurso político da geração de veteranos da guerra. Os lentos avanços territoriais e os recorrentes embates contra os indígenas faziam cada vez menos sentido para aqueles que haviam participado de um conflito bélico de dimensões continentais. Nesse contexto, a proposta de realização de uma imediata e derradeira ofensiva contra os nativos, mediante a execução da Lei nº 215, adquire novo fôlego entre a intelectualidade argentina.

O episódio da Batalha de San Carlos obteve forte repercussão entre os periódicos bonaerenses e atuou como um importante ponto de inflexão na política de fronteiras no país. Os artigos veiculados pela imprensa lançam luz sobre o seu papel enquanto formadora e fortalecedora de uma opinião pública contrária aos indígenas e favorável à ação do Exército na contenção das invasões. De uma maneira muito semelhante ao que ocorreu no Chile, o campo da palavra foi fundamental para incitar os ânimos da intelectualidade civil e militar e para mobilizar o apoio da população fronteiriça à implementação de uma ofensiva contra os nativos mediante o avanço da linha de fronteira.

A formação do Estado Nacional e a “Ideologia da ocupação”

A formação do Estado Nacional foi o fator principal da mudança de política para com os indígenas. Em um Estado que tinha como projeto político a construção de uma sociedade baseada nos valores da “civilização” europeia, as sociedades autóctones perderam espaço de convivência, dentro de um projeto político de homogeneização cultural, onde sociedades com poder e protagonistas paralelos a esse Estado, não teriam espaço (BECHIS, 2010: 171). Dentro do processo de consolidação do Estado argentino, definir os limites territoriais e ocupar toda sua extensão, estava intrínseco ao projeto de construção de um estatuto de nacionalidade e identidade, além da afirmação de pertencimento desse território frente a



outras nações, que dentro de um parâmetro eurocêntrico, consideravam as áreas dominadas por sociedades não ocidentais como “terras de ninguém”.

A presença de sociedades indígenas independentes foi então combatida com uma política de diminuição dos tratados e das rações, a fim de ocupar os “desertos” e viabilizar ações cada vez mais ofensivas. Nesse contexto, havia influência de ideias científicas que justificavam as ações militares para confirmar a Argentina com uma nação branca, incentivando a imigração e o combate aos “desertos” civilizacionais. A convivência da “civilização” com a “barbárie” do mundo da fronteira, tornava-se impossibilitada pela busca em se construir uma nação “civilizada”, onde a cultura indígena não tinha espaço.

*Esceletísimo señor tocante a la Poblacion de Cargue que nos dicen que es por sus órdenes en esto pido se resuelvan **nosotros que somos dueño de esta America no es justo que nos dejen sin Campo pero espero que Usia se olvide de Cargue si es que an dado orden i si no lo an dado es mejor asi no me estiendolo mas...** (Carta de Calfulcurá para Martín de Gainza, 1873, Apud: OJEADA, 2008: 526)*

No trecho acima, Calfulcurá argumenta com o ministro da Guerra Martín de Gainza sobre a legitimidade da presença indígena sobre o território do Pampa, demonstrando que percebia que as pretensões *criollas* podiam deixar os indígenas “sem campo”, apesar de manifestar a ancestralidade indígena, colocando-os como “donos da América”. Apesar da manifestação de oposição de Calfulcurá, as decisões *criollas* a partir da segunda metade do século XIX, colocaram a aculturação indígena como única forma de sobrevivência (QUIJADA, 2011: 126).

Ao compreender o Estado moderno como a “*comunidade humana que, dentro de determinado território, reclama para si (com êxito) o monopólio da coação legítima*” (WEBBER, 1999: 525), Max Weber ressaltou o papel do território enquanto elemento de definição das comunidades políticas e fundamento para a imposição de um controle único e exclusivo sobre os grupos humanos inseridos em seus limites. Nesse sentido, a associação entre poder estatal e território deveria pressupor a dissolução das solidariedades comunitárias previamente existentes, exigindo a desapropriação de todos aqueles que dispunham de meios materiais de dominação concorrentes e a concentração da administração nas mãos de uma burocracia civil e militar.

Fica claro que a delimitação do território nacional só seria possível mediante a consolidação das fronteiras internacionais e a supressão das chamadas “fronteiras internas”, que marcavam a divisão entre as áreas já sujeitas à jurisdição estatal e as áreas ainda não



incorporadas à estrutura produtiva da colonização. Na experiência histórica argentina, estas últimas eram comumente descritas pelas autoridades *criollas* como regiões “desérticas” ou situadas “à margem da civilização”, definições mobilizadas no intuito de legitimar os movimentos expansionistas e os projetos modernizadores que pretendiam incorporá-las à órbita do poder público, civilizando os seus habitantes ou extinguindo-os se necessário.

A soberania exercida por variados grupos indígenas sobre os Pampas e a Patagônia assentava-se sobre o forte vínculo entre o sentimento de pertencimento étnico e o lugar de origem. A dominação *criolla* instaurou desde os tempos coloniais uma nova relação dessas sociedades com o território, deflagrando transformações em múltiplos níveis de sua existência sociocultural. Contudo, o processo de territorialização aqui em jogo não pode ser compreendido unicamente como a intervenção da esfera estatal que associa um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos determinados (PACHECO, 1999).

A nova realidade implicou igualmente a reorganização social e a reestruturação das definições identitárias pelos próprios indígenas, de modo a instituir mecanismos de tomada de decisões e de representação antes inexistentes, adaptados aos novos tempos e condições. O rechaço à ideia de que o contato entre nativos e *criollos* se estruturou apenas através do choque entre blocos supostamente monolíticos e a consequente valorização das múltiplas interações entre os agentes envolvidos permitem, acima de tudo, dar início à escrita de uma história onde os primeiros – os indígenas – aparecem como protagonistas de suas próprias escolhas e ações.

Referências Bibliográficas

ALBERDI, Juan Bautista. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina* (1852). Disponível em: <https://www.elcato.org/sites/default/files/bases-libro-electronico.pdf> Acesso: 14/08/2017

BARBA, Fernando Enrique. Crecimiento ganadero y ocupación de tierras públicas, causas de conflictividad en la frontera bonaerense. *Revista ANDES*, Universidad Nacional de Salta, Argentina, n.º 18, 2007

BECHIS, A. Martha. *Piezas de Etnohistoria y de antropología histórica*. Buenos Aires: Sociedad de antropología Argentina, 2010

_____. La organización nacional y las tribus pampeanas en Argentina durante el siglo XIX. *Revista Tefros* - vol. 4 n. 2 - ago./dic. 2006

_____. Fuerzas indígenas en la política criolla del siglo XIX. In: *Caudillismos rioplatenses*. Nuevas miradas a un viejo problema. Noemí Goldman; Ricardo Salvatori (compiladores). Buenos Aires: Eudeba, 1998



- DI TELLA, Torcuato. *História social da Argentina contemporânea*. Brasília: FUNAG, 2010
- FRADKIN, Raúl O., GELMAN, Jorge. *Juan Manuel de Rosas*. La construcción de un liderazgo político. Buenos Aires: Edhasa, 2015
- JONG, Ingrid de. Las prácticas diplomáticas en los procesos de expansión estatal: tratados de paz y parlamentos en Pampas y Araucanía. In: Ingrid de Jong; Antonio Escobar Ohmstede (coords y eds). *Las poblaciones indígenas en la conformación de las naciones y los Estados en la América Latina decimonónica*. Ciudad de México: El Colegio de México; CIESAS; Zamora, Michoacán: El Colegio de Michoacán, 2016
- _____. Armado y desarmado de una confederación: el liderazgo de Calfucurá en el período de la organización nacional. *Quinto Sol*, n° 13, 2009
- _____. Entre el malón, el comercio y la diplomacia: dinámicas de la política indígena en las fronteras pampeanas (siglos XVIII y XIX): un balance historiográfico. *Revista Tiempo Histórico*. Santiago – Chile, año 6, n. ° 11, Jul-Set, 2015
- WEBBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 2. Brasília: DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999
- MANDRINI, Raúl e ORTELLI, Sara. *Volver al país de los araucanos*. Buenos Aires: Sudamericana, 2005
- NACUZZI, Lidia. Introducción. In: Nacuzzi, Lidia e Lucaioli, Carina P. *Fronteras: Espacios de Interacción en las tierras bajas del sur de America*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2010
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: João Pacheco de Oliveira (org.) *A viagem da volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999
- OJEDA, Jorge Pavez. *Cartas mapuche (siglo XIX)*. Santiago: CoLibris/Ocho Libros editores, 2008
- PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes: Travel, Writing and Transculturation*. 2ª ed. New York: Routledge, 2008
- QUIJADA, Mónica. La lenta configuración de una “Ciudadanía cívica” de frontera. Los indios amigos de Buenos Aires, 1820-1879 (con un estudio comparativo Estados Unidos-Argentina). In: QUIJADA, Mónica. (ed.) *De los cacicazgos a la ciudadanía*. Sistemas de frontera, Rio de la Plata, siglos XVIII-XX. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, 2011
- RATTO, Silvia. *Redes políticas en la frontera bonaerense (1836-1873): crónicas de un final anunciado*. Bernal: Universidad de Quilmes, 2015
- TERNAVASIO, Marcela. *Historia de la Argentina, 1806-1852*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009
- ZÁVALE, Graciana Pérez. Oralidad y escritura: los tratados de paz entre el Estado argentino y las tribus ranqueles. In: *Revista Trefos*, Vol.3, n°1, Taller de Etnohistoria de la Frontera Sur, 2005